ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, INICIADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2011. ----------

---------- ***ACTA NÚMERO DOIS*** ----------

No dia dezoito de abril de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a primeira reunião da segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência do seu presidente em exercício, Excelentíssima Senhora Sandra Isabel Candeias Lopes Anes, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Gonçalo Filipe da Silva Bastos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. ----------

Efectuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes ***Deputados Municipais****: José Manuel Mata Justo, Emanuel de Jesus Colaço Costa, José Figueiredo, Maria Fernanda Pereira Fernandes, Claúdia Reimão, José António Rocha Barbosa Caria, Fernando Manuel Carvalho Coelho, Alberto Emanuel Simões dos Santos Fernandes, Celina Marques Figueiredo, Isabel Maria de Almeida Travessa, Alfredo Luís Dias Rodrigues, Ricardo Caçoila, Ricardo Bernardes, Avelino dos Santos Antunes, Ingeburga Zanga de Oliveira, Pedro Manuel Gomes do Carmo, Marília Gomes Berto Reimão, José Manuel Rosa Ferra, e os seguintes* ***Presidentes de Junta de Freguesia:*** *José Francisco dos Santos, Humberto Manuel Pereira Lopes, Florêncio Manuel Pinto, António Francisco Ferreira Miguéns, Tolentino de Oliveira Gomes, Luís Miguel da Silva Morais e Carla Isabel Marques Braziel.*

Solicitou ***suspensão do mandato****, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações*

introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: ----------

Amândio José Correia de Carvalho, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Ricardo Bernardes. ----------
Jorge Manuel Rodrigues Tavares, tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Ingeburga Zanga de Oliveira. ----------
Isabel Cristina Guedes Góis Camacho, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Alberto Emanuel Simões dos Santos. ----------
Álvaro Saraiva, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, José Figueiredo. ----------
Paulo Jorge Ribas de Faria Ramos, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cláudia Reimão. ----------

***Faltou** o Senhor Humberto Erra Ramos, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Canha, em substituição de António José Lopes Saltão, Presidente da Junta de Freguesia de Canha.* ----------

*A **Câmara esteve representada** pela **Senhora Presidente** e pelos **Senhores Vereadores**: Nuno Ribeiro Canta, Maria Clara de Oliveira da Silva e Renato Gonçalves.* ----------
*Estiveram ainda presentes os **Senhores Vereadores da Oposição**: Lucília Samoreno Ferra, Nuno Alexandre Ferrão e Joaquim António Batalha.* ----------

*Constatada a existência de quórum, a Senhora Presidente em Exercício, cumprimentou os Senhores Deputados Municipais, a Vereação e o público presente, abriu o período destinado à **intervenção do público**, de acordo com o artigo 32º. do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo.*----------

*O **Senhor João Cesário**, na qualidade de **Presidente da Delegação de Montijo e Alcochete da Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal**, leu um documento alusivo ao horário de funcionamento das grandes superfícies comerciais, que passo a transcrever: "A Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal tendo sido solicitada para se pronunciar sobre o projecto de alterações do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, vem fazê-lo nos termos seguintes.* ----------

A Proposta n.º 404/2011 do Executivo Municipal da Câmara Municipal de Montijo, aprovada pelo executivo municipal por seis votos a favor e um contra, prevê o envio à Assembleia Municipal, para aprovação, do projecto de novo regulamento de horários do comércio. ----------

Segundo esse projecto prevê-se a possibilidade de abertura ao público das unidades comerciais de dimensão relevante entre 6 e as 24 horas de todos os dias da semana. ----------

Na prática, prevê-se que estas unidades passem a poder abrir aos domingos e feriados, após as 13 horas. ----------

Como é do conhecimento geral tal situação vem prejudicar gravemente o pequeno comércio estabelecido podendo, até comprometer a sua continuidade. Com efeito, deixa de existir uma limitação importante de abertura aos feriados e domingos à tarde das unidades de dimensão relevante, equiparando os horários destas entidades aos do comércio tradicional. ----------

Note-se que o comércio tradicional pratica um horário de encerramento ao domingo por entender que esse dia é de descanso e deve ser dedicado à família e ao lazer. ----------

A abertura destas entidades aos domingos e feriados após as 13 horas só contribui para um maior afastamento das populações dos centros populacionais

fixando os seus interesses nas periferias onde se situam as unidades de dimensão relevantes. ----------

Não se pode deixar de chamar a atenção para o facto do comércio tradicional ser o maior empregador nacional e não as grandes superfícies beneficiadas com o projecto de alargamento dos seus horários. ----------

Por tudo o exposto não pode esta Associação deixar de opor-se à vigência de um Regulamento que permita a abertura destas unidades de dimensão relevante aos feriados e domingos após as 13 horas." ----------

*A **Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse: "Do nosso ponto de vista não há fundamento legal que possa impedir o alargamento das unidades comerciais, salvo as questões de segurança e qualidade de vida dos cidadãos. Os interesses em confronto neste diploma são de facto os interesses do pequeno comércio e o interesse dos consumidores.* ----------

De facto os consumidores são no quadro da sua autonomia e liberdade e consomem onde pretendem, não cabe à Câmara Municipal de Montijo opor-se a essa liberdade. Não pode qualquer entidade pública deixar de acolher a abertura das unidades comerciais de dimensão relevante, nos termos da lei. -----

Também do pequeno comércio se exige uma relação de qualidade/preço e horários compatíveis com a organização social de vida das famílias, que não existe no Montijo. Os cidadãos que regressam a casa depois das 17h e 30m e ao sábado à tarde, já não têm onde comprar no pequeno comércio e também ao domingo e pequeno comércio pode abrir e não abre. ----------

Portanto nesta ponderação de interesses, julgo que assiste legitimidade da defesa dos interesses que representa, mas também assiste à Câmara essa ponderação de interesses, numa visão mais global, contribuindo efectivamente

para que o pequeno comércio se possa adaptar e dar aos consumidores serviços que sejam susceptíveis de os motivar a ir ao pequeno comércio. ----------

A Câmara assume que não pode ser um entrave ao nível de acesso dos cidadãos, às horas que a lei permite." ----------

Seguidamente, a Senhora Presidente em Exercício, declarou aberto o período

ANTES DA ORDEM DO DIA

*O **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra leu uma intervenção, cujo teor a seguir se transcreve: "O País não pode continuar a estar sujeito ao saque e à especulação, para isso é necessário a renegociação imediata da divida pública portuguesa e a adopção de uma política voltada para o crescimento económico. A espiral especulativa não parará enquanto o chantageado ceder ao chantagista! Estamos de facto perante medidas e atitudes de autêntico terrorismo económico e financeiro que ilustra bem as políticas sinistras do neo-liberalismo.* ----------

Os trabalhadores e o povo português não podem continuar a alimentar os super-lucros da banca nem a salvar os accionistas de bancos falidos e a suportar sacrifícios para encher os bolsos dos especuladores e da banca, ao mesmo tempo que o país se afunda na recessão económica, o desemprego alastra e o custo de vida aumenta. ----------

Para o PCP a resposta não pode ser outra se não a da firme recusa deste rumo, que nos foi imposto como consequência de mais de 30 anos de austeridade de políticas de direita, seja por via do PEC ou do FMI, pois Portugal não pode continuar a suportar juros agiotas e a ser vitima dos especuladores, dos agora chamados Mercados. ----------

Portugal não precisa dos favores da banca privada, necessita sim de um forte sector financeiro nas mãos do estado, com papel determinante da Caixa Geral de Depósitos, única forma de defender os interesses e a soberania nacionais. ----
A tentativa de privatização da Caixa Geral de Depósitos significa aprofundar a política de desastre nacional a que o país tem sido submetido para melhor continuar a encher os bolsos dos grandes grupos económicos. ----------
A atitude da banca nacional de recusar o empréstimo ao estado português com a complacência e o apoio do PS, PSD e CDS-PP é a todos os títulos inaceitável e miserável, dado tratar-se dos mesmos senhores que beneficiaram de apoio financeiro do estado a fundo perdido, especularam com a divida pública e fugiram ao pagamento dos impostos. Portugal não pode aceitar que aqueles que mais beneficiaram do processo de endividamento do nosso país, o grande capital nacional e estrangeiro, queiram ainda ditar o modo e as condições nas quais o nosso país deveria continuar a ser saqueado, são autênticos vampiros à solta. ---
Como dizia Zeca Afonso, "se alguém se engana com o seu ar sisudo, e lhes franqueia as portas à chegada, eles comem tudo, comem tudo e não deixam nada". ----------
O endividamento externo do país é uma das consequências mais visíveis da política de desastre nacional que PS, PSD e CDS-PP, impuseram nos últimos 35 anos. ----------
A dívida externa que é privada e pública, sendo a privada superior à pública, atinge a colossal dimensão de mais de 107% do PIB – Produto Interno Bruto. ---
Trata-se de um processo inseparável do processo de liquidação do nosso aparelho produtivo, do abandono da produção nacional, das privatizações, das parcerias público-privadas forma encapotada de privatização, da submissão às imposições da União Europeia e ao grande capital nacional e estrangeiro. -------

Mas há quem tenha ganho e esteja a ganhar com o endividamento do país, aqueles que nos impuseram a liquidação do aparelho produtivo, como a Alemanha e a França a quem passámos a comprar aquilo que o país deixou entretanto de produzir. Os bancos de Portugal, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Holanda, França que de forma escandalosa e sinistra se financiam junto do banco central europeu a taxas de juro de cerca de 1%, para depois adquirirem divida publica cobrando 6, 7, 8 e mais porcento ao estado português numa ilegítima usurpação dos recursos nacionais o que demonstra à evidência a marca de classe das políticas socialmente criminosas que o neo-liberalismo fomenta e pratica. ----------

A ganhar ficaram ainda os banqueiros a quem o estado limpou os prejuízos, como no BPP e BPN e adiantou garantias, transformando dívida privada em dívida pública, distribuindo depois os respectivos sacrifícios pelos trabalhadores e pelo povo. É esta a natureza e a marca social dessa gente. ----------

Mas como consequência desse endividamento Portugal está confrontado com um insuportável e ilegítimo processo de extorsão dos seus recursos nacionais por via do agravamento dos juros sobre a dívida pública portuguesa. ----------

Os valores de juros da dívida pública de 5 e 10 anos, são já superiores a 10% e o serviço da dívida ultrapassou em 2010 os 5 mil e 200 milhões de euros, sendo a perspectiva para este ano de 2011 de 7 mil e 100 milhões de euros. ----------

A União Europeia na sua política anti-social de defesa dos interesses das grandes potências em particular da Alemanha é cúmplice e conivente desse processo escandaloso e especulativo. ----------

A União Europeia tem caso assim o queiram condições para por fim a este tenebroso processo em consequência das suas políticas neo-liberais, mas ao contrário do que era desejável pretendem continuar nas concepções políticas do FMI chamando-se de Fundo Europeu de Estabilização Financeira, com

consequências dramáticas para vários países, como a Grécia e a Irlanda onde os resultados estão à vista, com aprofundamento da recessão económica, agravamento do desemprego e das injustiças sociais. ----------

Era necessário e importante que os países atingidos por esta onda especulativa se juntassem no sentido da renegociação da dívida reivindicando a negociação directa dos países com o Banco Central Europeu, porque o Banco Central Europeu não deve estar nem continuar a estar, como está ao serviço da banca em prejuízo do desenvolvimento económico e social da Europa. Do empréstimo que vai ser atribuído para Portugal uma fatia é para a banca, para além dos milhões que irá ganhar como intermediário especulativo. ----------

É necessário assumir uma atitude clara de ruptura com estas políticas neo-liberais e as suas consequências criminosas de autêntico saque dos países atingidos. ----------

Para isso propomos 5 medidas centrais: ----------

1 – a renegociação imediata da actual dívida pública; ----------

2 – a intervenção junto de outros países que enfrentam problemas similares da dívida pública; ----------

3 – política de crescimento económico onde a defesa da produção nacional assuma papel central; ----------

4 – diversificação das fontes de financiamento; ----------

5 – avaliação do conjunto de situações das chamadas parcerias público-privadas. ----------

Mas isto não é o fim da história! ----------

Os povos e nomeadamente o povo português encontrará no desenvolvimento das suas lutas contra os saqueadores em defesa dos seus direitos e interesses, outros caminhos que nos conduzam a uma política de esquerda e patriota, pelo

crescimento económico e pela justa distribuição dos recursos como condição central por uma vida mais justa." ----------

O ***Deputado Municipal – Ricardo Caçoila (BE)****, no uso da palavra, leu uma* ***Saudação ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio****, cujo teor passo a transcrever: "Nos 37 anos da madrugada libertadora do 25 de Abril, Portugal está colocado perante os mais graves desafios que tocam directamente os fundamentos da celebrada "revolução dos cravos.* ----------

Abril abriu as portas de uma cultura de cidadania responsável: direitos e deveres, solidariedade em vez da caridade, da intriga, da cunha e do compadrio, da delação miserável e da bufaria. ----------

De entre mil cantigas de Abril vem-nos à memória uma frase batida: "Só há Liberdade a sério quando houver a Paz, o Pão, Habitação, Saúde, Educação, quando houver liberdade de mudar e decidir, quando pertencer ao povo o que o povo produzir...".----------

A lírica de Sérgio Godinho, um dos mais próximos companheiros de José Afonso, traduz na perfeição o espírito e o conteúdo das principais conquistas de Abril e aborda também um tema da maior actualidade: a defesa dos serviços públicos, hoje ameaçados pelo turbilhão neoliberal. ----------

A Paz, de novo violada em guerras imperiais no Iraque, longe de estar extinta, no Afeganistão, na Líbia, na Palestina e onde quer que os interesses hegemónicos do capitalismo estejam em causa. ----------

A comida que falta cada vez mais à mesa dos trabalhadores e dos pobres, com o ataque aos salários reais, o Código Anti-Trabalho, a precariedade e agora o FMI pela 3ª vez. O pão, à míngua do qual morrem milhões de vítimas da inconcebível crise alimentar, num mundo em que as desigualdades nunca foram tão gritantes. ----------

A Habitação, direito consagrado na Constituição, está longe de estar assegurado, não por causas naturais como as da Madeira, mas sim devido à ausência de políticas públicas coerentes de habitação e reabilitação urbana, à cedência dos poderes centrais e locais perante as negociatas da construção desregrada e à especulação imobiliária que contribui para a raiz da crise financeira que hoje vivemos. ----------

A Educação, tão mal tratada pelos governos Sócrates e a Saúde, área em que Portugal ainda ocupa um invulgar 11.º lugar a nível mundial devido ao Serviço Nacional de cobertura universal, hoje em perigo devido à desarticulação do sector, à falta de profissionais e à gula de apetites privados. Realidade ameaçada pela continuação destas políticas do PS e PSD na sua voraz permissividade e promoção das privatizações. ----------

A fúria recessiva dos PEC está a chegar a serviços desde sempre públicos, como os comboios e os CTT, essenciais para garantir as comunicações no conjunto do território e a igualdade de acesso nas regiões afastadas dos grandes centros. ----

Agora a ameaça FMI, permitida pelos partidos do centro devido as politicas aplicadas durante 37 anos, contribui para a mais grave recessão e retrocesso que Portugal atravessa e atravessará. A culpa não pode morrer solteira. ---------

Nos ásperos tempos que vivemos, Abril é tempo de resistência que se projecta no 1.º de Maio, Dia do Trabalhador. ----------

Apresentou novamente a ***Recomendação****, alusiva à* ***Criação de uma Taxa pela utilização especial do domínio público municipal pelas ATM****, instaladas no exterior dos edifícios, cujo teor a seguir se transcreve: "A ocupação da via pública é, já há muito, objecto de tributação pelas autarquias locais.* ----------

A Lei das Finanças Locais admite no artigo 15º a criação de taxas pelos municípios e a Lei nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro (que aprovou o regime geral

das taxas das autarquias locais) refere no artigo 6º e) que as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares, designadamente pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal. ----

Não faltam exemplos concretos de tributação pelos municípios do aproveitamento especial do domínio público local: esplanadas nos passeios, rampas de acesso a garagens, venda de gelados, toldos, entre outros produtos na via pública. ----------

Há contudo uma utilização especial do domínio público municipal que não tem constituído, até agora, receita tributária das autarquias: os ATM, caixas de multibancos, quando pela sua localização no exterior de edifícios, levam à ocupação parcial e temporal da via pública para operações próprias dos contratos de natureza bancária. ----------

A instalação de ATM (ou caixas Multibanco) na via pública enquadra-se nas situações previstas na lei. Mesmo que inseridas na fachada de edifícios, o manejo das ATM utiliza a via pública municipal de forma intensa, distinta do simples trânsito pedonal. ----------

Por outro lado, a realização ininterrupta, através das caixas Multibanco, dum conjunto muito vasto de operações financeiras no espaço público municipal gera uma significativa utilidade económica para as entidades bancárias. ----------

Existe assim fundamentação suficiente para a taxação municipal dos multibancos. Refira-se, como exemplo, que na vizinha Espanha o uso especial do espaço público pelas ATM é já objecto duma taxa municipal. ----------

Assim, para que se iniciem os procedimentos previstos no artigo 8º da Lei nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro e tendo também em conta a necessidade dos municípios obterem mais receitas para uma melhor resposta à grave situação social, a Assembleia Municipal de Montijo reunida em 18/04/2011, ***RECOMENDA*** *ao Executivo camarário que: ----------*

- Inicie o processo para que seja criada uma Taxa pela utilização especial do domínio público municipal pelas ATM instaladas no exterior dos edifícios; -----

- Proceda a necessária rectificação na Tabela de Taxas da CM Montijo e posterior aprovação pela Assembleia Municipal.----------

Leu uma ***Recomendação*** *para que sejam* ***Fiscalizados, Reparados e Limpos os Parques Infantis no Concelho do Montijo****, cujo teor a seguir se transcreve: "Brincar em segurança é um corolário do direito a brincar expresso no art.º 31.º da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. ----------*

Segundo o EHLASS – Sistema Europeu de Vigilância de Acidentes Domésticos e de Lazer, tem-se registado, em Portugal, um número significativo de acidentes em Parques Infantis, dos quais o ***Pavimento*** *e o* ***Equipamento*** *utilizado é responsável pela maior parte dos acidentes. ----------*

*Neste contexto, o Estado Português publicou o Decreto-Lei N.º 397/97 que veio aprovar o Regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte. Ao estabelecer que "os espaços de jogo e recreio não podem ser susceptíveis de pôr em perigo a saúde e segurança" das crianças ou de terceiros, esta lei estipula a necessidade da "****segurança dos equipamentos*** *e superfícies de impacte", determinando também a sua "****manutenção regular e periódica****", e a "****fiscalização****" no mínimo anual. ----------*

Constata-se contudo que um número significativo dos Parques Infantis no Montijo não são eficientemente fiscalizados, mantidos, reparados e limpos como indica a lei, não podendo garantir às crianças o seu usufruto em condições de segurança e higiene, acabando por funcionar em más condições e totalmente degradados. ----------

Uma vez que existem legislação e normas europeias obrigatórias com exigências mínimas de concepção e implantação de parques infantis, compete à autarquia aplicá-las, zelando pela segurança e condições de funcionamento destes recintos. Neste contexto, a Assembleia Municipal de Montijo reunida a 18 de Abril de 2011 delibera recomendar que a C. M. Montijo tome com carácter de urgência as seguintes medidas: ----------

1. *Que a fiscalização e manutenção sejam feitas como estipula a Lei em vigor e com a regularidade que esta determina;* ----------
2. *Que a CM Montijo inspeccione periodicamente todos os Parques Infantis do Município;* ----------
3. *Proceda à limpeza regular destes espaços;* ----------
4. *Que repare ou substitua os materiais ou equipamentos que neles se encontrem danificados ou que causem insegurança ás crianças que os utilizam;* ----------
5. *Repare/substitua os bebedouros de água, com torneiras afim de evitar o desperdício;* ----------
6. *Garanta as condições de acessibilidade a utentes de mobilidade condicionada;* ----------
7. *Proceda a sinalização de todos os Parque Infantis bem como a identificação e regras de uso dos equipamentos existentes;* ----------
8. *Garanta as boas condições dos espaços respeitando as regras estipuladas e fiscalizadas pela ASAE.* ----------

*O **Deputado Municipal – Gonçalo Bastos (PS)**, no uso da palavra leu uma intervenção sobre **O 25 de Abril e o 1.º de Maio**, cujo teor a seguir se transcreve: "A Revolução dos Cravos foi um período da história de Portugal, desencadeado por um golpe de Estado militar ocorrido a 25 de Abril de 1974,*

que depôs o regime ditatorial Estado Novo, vigente desde 1933 e iniciou um processo que viria a terminar com a implantação de um regime democrático com a entrada em vigor de uma nova Constituição a 25 de Abril de 1976. ----------

Este golpe, normalmente conhecido pelos portugueses como 25 de Abril, foi conduzido por um movimento militar, o Movimento das Forças Armadas (MFA), composto por oficiais intermédios da hierarquia militar, na sua maior parte capitães que tinham participado na Guerra Colonial e apoiados pelos oficiais milicianos, estudantes recrutados, muitos deles universitários. ----------

Este movimento nasceu por volta de 1973, baseado inicialmente em reivindicações corporativistas como a luta pelo prestígio das forças armadas, acabando por se estender ao regime político em vigor. ----------

Sem apoios militares e com a adesão em massa da população, a resistência do regime ao golpe foi praticamente inexistente, registando-se apenas quatro mortos. ----------

Após o golpe foi criada a junta de Salvação Nacional, responsável pela nomeação do Presidente da República, pelo programa do Governo Provisório e respectiva orgânica. ----------

Assim, a 15 de Maio de 1974, o General António de Spínola foi nomeado Presidente da República que por sua vez atribuiu o cargo de primeiro-ministro a Adelino da Palma Carlos. ----------

Seguiu-se um período de grande agitação social, política e militar conhecido como o PREC (Processo Revolucionário Em Curso), marcado por manifestações, ocupações, governos provisórios, nacionalizações, e confrontos militares, apenas terminado com uma tentativa de golpe de Estado fracassada a 25 de Novembro de 1975. ----------

Com uma conjuntura mais estável, foi possível prosseguir com os trabalhos da Assembleia Constituinte e chegar a uma nova constituição democrática, que

entrou em vigor no dia 25 de Abril de 1976, o mesmo dia das primeiras eleições legislativas da nova República. ----------

Na sequência destes eventos foi instituído em Portugal um feriado nacional no dia 25 de Abril, denominado "Dia da Liberdade". ----------

Para uma compreensão integrada dos factos políticos relevantes para a revolução de Abril é necessário recuar a 28 de Maio de 1926, onde através de um golpe militar, foi instaurada em Portugal uma ditadura militar, que culminaria na eleição presidencial de Óscar Carmona, em 1928. ----------

No mandato presidencial de Carmona, no que então se designou por "Ditadura Nacional", foi elaborada a Constituição de 1933, instituindo um novo regime autoritário de inspiração fascista, auto-denominando-se Estado Novo. ----------

Oliveira Salazar passou a controlar o país através do partido único designado "União Nacional", não mais abandonando o poder até 1968, quando este lhe foi retirado por incapacidade, na sequência de uma queda em que sofreu lesões cerebrais. ----------

Foi substituído por Marcelo Caetano, que dirigiu o país até ser deposto no 25 de Abril de 1974. ----------

Sob o governo do Estado Novo, Portugal foi sempre considerado um país governado por uma ditadura, quer pela oposição, quer pelos observadores estrangeiros quer mesmo pelos próprios dirigentes do regime. ----------

Formalmente, existiam eleições, consideradas fraudulentas pela oposição, desrespeitadas pelo dever de imparcialidade. ----------

O Estado Novo tinha a sua polícia política, a PIDE, mais tarde reconvertida na DGS, que continuaria perseguindo os opositores do regime. ----------

Na visão histórica dos ideólogos do regime, o país teria de manter uma política de defesa das colónias, de manutenção do "Ultramar", numa época em que alguns países europeus iniciavam os seus processos de descolonização

progressiva. ----------

Apesar de séria contestação nos fóruns mundiais, como na ONU, Portugal manteve a sua política de força, endurecendo-a a partir do início dos anos 1960, face ao alastramento dos ataques independentistas em Angola, na Guiné e em Moçambique. ----------

Economicamente, o regime manteve uma política de condicionamento industrial que protegia certos monopólios e certos grupos industriais e financeiros. ---------

Como consequência da revolução de Abril, importa salientar que no dia seguinte, forma-se a Junta de Salvação Nacional, constituída por militares, e que procederá a um governo de transição. ----------

O essencial do programa do MFA é, amiúde, resumido no programa dos três D, mais concretamente Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. ----------

Entre as medidas imediatas da revolução contam-se a extinção da polícia política e da censura, os sindicatos e as legalizações dos partidos políticos. ------

Portugal passou por um período conturbado que durou cerca de 2 anos, o já referido PREC, marcado pela luta e perseguição política entre as facções de esquerda e direita. ----------

Foram nacionalizadas as grandes empresas e igualmente "saneadas" e muitas vezes forçadas ao exílio, personalidades que se identificavam com o Estado Novo ou não partilhavam da mesma visão política que então se estabelecia para o país. ----------

No dia 25 de Abril de 1975 realizaram-se as primeiras eleições livres, para a Assembleia Constituinte, que foram ganhas pelo PS. ----------

Na sequência dos trabalhos desta assembleia foi elaborada uma nova Constituição, de forte pendor socialista, e estabelecida uma democracia parlamentar de tipo ocidental. ----------

A constituição foi aprovada em 1976 pela maioria dos deputados, abstendo-se apenas o CDS. ----------

Importa também referir, que em Portugal e devido ao facto de ter havido um longo período de ditadura, só a partir de Maio de 1974, o ano da revolução, é que se comemora publicamente o Primeiro de Maio e este passou a ser feriado nacional. ----------

As origens do Dia do Trabalhador não são muito recentes. ----------

A história deste dia começa no século XIX, com as celebres manifestações em Chicago no Estados Unidos da América no dia 1 de Maio de 1886. ----------

Sucede que 125 anos depois das grandiosas manifestações dos operários de Chicago pela luta das oito horas de trabalho e da brutal repressão patronal e policial que se abateu sobre os manifestantes, o 1.º de Maio mantém todo o seu significado e actualidade, sendo prova disso todas as comemorações a nível mundial, pelos direitos dos trabalhadores." ----------

A ***Deputada Municipal – Marília Reimão (PPD/PSD.CDS.PP)****, no uso da palavra, colocou uma questão: "Em que situação se encontra a conclusão da urbanização junto ao pólo Biblioteca Atalaia, de quem é a responsabilidade dos arranjos exteriores inexistentes? O único espaço verde que existe é mato, como a Senhora Presidente deve de ter verificado aquando da sua visita à freguesia no passado dia 12."* ----------

A senhora ***Presidente da Câmara****, no uso da palavra, disse: "Os arranjos exteriores estão tratados, os arranjos exteriores são da responsabilidade do promotor ou dos particulares. Os espaços exteriores do lote ao lado da Biblioteca, já são da responsabilidade da Câmara Municipal. Vamos averiguar."* ----------

*A **Deputada Municipal – Celina Figueiredo (CDU)**, no uso da palavra leu um poema de José Mário Branco, intitulado **EU VIM DE LONGE**, cujo teor se transcreve:----------*

Quando o avião aqui chegou ----------
quando o mês de Maio começou ----------
eu olhei para ti ----------
então entendi ----------
foi um sonho mau que já passou ----------
foi um mau bocado que acabou ----------

Tinha esta viola numa mão ----------
uma flor vermelha n'outra mão ----------
tinha um grande amor ----------
marcado pela dor ----------
e quando a fronteira me abraçou ----------
foi esta bagagem que encontrou ----------

Eu vim de longe ----------
de muito longe ----------
o que eu andei p'ra 'qui chegar ----------
Eu vou p'ra longe ----------
p'ra muito longe ----------
onde nos vamos encontrar ----------
com o que temos p'ra nos dar ----------

E então olhei à minha volta ----------
vi tanta esperança andar à solta ----------

que não hesitei ----------
e os hinos cantei ----------
foram feitos do meu coração ----------
feitos de alegria e de paixão ----------

Quando a nossa festa s'estragou ----------
e o mês de novembro se vingou ----------
eu olhei p'ra ti ----------
e então entendi ----------
foi um sonho lindo que acabou ----------
houve aqui alguém que se enganou ----------

Tinha esta viola numa mão ----------
coisas começadas noutra mão ----------
tinha um grande amor ----------
marcado pela dor ----------
e quando a espingarda se virou ----------
foi p'ra esta força que apontou".----------

De seguida leu uma ***Saudação*** *alusiva ao* ***25 de Abril e o 1.º de Maio****, cujo teor a seguir se transcreve: "Saudamos o 25 de Abril e o 1.º de Maio com a convicção de que é necessário continuar a lutar pela constituição de Abril, pelos valores mais nobres alcançados na Revolução dos Cravos que infelizmente têm sido postos em causa pelos governos dos últimos 35 anos, através dos políticos anti-sociais e anti-populares realizados em nome da crise.* ----------
Anos marcados pela intensificação da exploração dos trabalhadores através de medidas de austeridade e dum continuado ataque aos direitos laborais. ----------

A gravidade e dimensão dos problemas do país tem causas responsáveis, são 35 anos de políticas de direita que avolumaram injustiças e desigualdades sociais, definharam as capacidades produtivas, arruinaram recursos e activos estratégicos, hipotecaram a soberania nacional e empobreceram o regime democrático. ----------

Vamos comemorar Abril – Dia da Liberdade e Maio – Dia do Trabalhador, com redobrada convicção dizemos não ao retrocesso do caminho da liberdade, igualdade, democracia e justiça social. ----------

Como diz o poema: "quando a espingarda se virou foi para esta força que apontou." ----------

Mas esta força é a voz do povo e o povo está empenhado na luta pelo Portugal de Abril, para retomar os caminhos que as portas de Abril abriu e que as políticas de direita fechou. ----------

Saudamos as comemorações e festejos do 25 de Abril assim como as jornadas de unidade e luta que a CGTP – Intersindical Nacional irá realizar em defesa dos trabalhadores e do país contra os saqueadores e pela exigência de outras políticas assentes na justiça social, na justiça fiscal e justa distribuição da riqueza." ----------

*O **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PPD/PSD.CDS.PP)**, no uso da palavra, leu uma intervenção alusiva, ao **25 de Abril passado que são 37 anos**, cujo teor a seguir se transcreve: "Queria em primeiro lugar pedir antecipadamente desculpa por vos maçar um pouco mais, mas sendo a primeira declaração política que faço sobre Abril enquanto eleito do CDS nesta " Casa da Democracia" passados que são 37 anos desse 25 de Abril de 1974 vou ter de recuar um pouco no tempo e aproveitar estes preciosos minutos para inscrever*

nesta nova realidade Montijense, algumas considerações até aqui possivelmente ausentes. ----------

(No ano passado 1º do CDS nesta casa, já era muito tarde e coube-me a mim ter um pouco de juízo ou de inocência e abdicar da intervenção, coisa que este ano já não me apeteceu fazer). ----------

Elogiar positivamente o dia 25 de Abril de 1974 enquanto "Porta para a Democracia" é um dever e uma obrigação de todos os democratas e não excluo á partida nenhuma força política ou interveniente aqui presente. Que não tenhamos disso a mais pequena dúvida. ----------

O CDS/PP, enquanto partido fundador do actual regime sempre defendeu com convicção a democracia e sempre lutou ferozmente contra qualquer projecto totalitário não tendo assim qualquer complexo no que diz respeito á defesa dos valores democráticos, e por conseguinte em festejar o 25 de Abril de 1974. ------

Somos um partido doutrinário de centro-direita, Democrata Cristão e não esquecemos que muitos dos que hoje se arvoram em arautos da Liberdade e da Democracia, foram os mesmos que nos cercaram no Palácio de Cristal e nos tentaram impedir de defender as nossas convicções através do poder das armas e dos bastões. ----------

O CDS/PP acredita no Humanismo personalista como princípio de toda a acção política, assentando os seus valores na defesa da vida, na liberdade do Homem e na dignidade da Pessoa Humana. ----------

Para o CDS evocar o 25 de Abril será sempre uma soberana oportunidade para lembrar o triunfo da democracia, mas se é verdade que a 25 de Abril de 1974 foi derrubado um regime autoritário, é de inteira justiça afirmar que somente a 25 de Novembro de 1975 foi efectivamente reposta a normalidade democrática em Portugal. ----------

Os tempos conturbados que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, trazem à memória o pior da nossa história recente, uma dramática sequência de arbitrariedades, ocupações selvagens e atropelos aos mais elementares direitos individuais, dando corpo a uma deriva extremista, que ameaçava arrastar Portugal para uma guerra civil fratricida ou para as trevas de uma nova ditadura. ----------

Que isto seja lembrado, pois a memória é curta e o rigor e prudência a isso obriga, a lição não deve ser esquecida e a todos deve servir de exemplo mesmo nos dias de hoje. ----------

Para não entrarmos em aventuras desnecessárias e á partida sem êxito previsível. ----------

Mas temos o dever e a obrigação de valorizar a verdadeira democracia e não caminharmos para a aniquilar com um cada vez maior desprezo pela vida e bem estar das nossa populações com políticas do "faz de conta" e do "espectáculo fácil" esquecendo o que é verdadeiramente o nosso dever. ----------

Não posso assim deixar de lembrar, reconhecido, o papel do Dr. Mário Soares na sua luta pela liberdade e pela democracia, papel esse que para sempre o colocarão de bem com a história, mesmo que não partilhemos com ele a mesma opinião noutras matérias. Pessoalmente evidencio como um exemplo de inteligência e saber o dia, em que colocou o "Socialismo na Gaveta" sendo que com isso não anulou a liberdade e a democracia, mas isso sim, contribuiu para que o País se renovasse. ----------

Cabe aos actuais dirigentes e militantes Socialistas respeitar e honrar a sua história e princípios, só o lembramos, por acreditarmos ser possível uma forma diferente de encarar a realidade presente. ----------

Possivelmente hoje mesmo, temos neste "Mundo Global" neste Pais e até na nossa terra muita coisa a colocar na gaveta e por falta de coragem ou

oportunidade continuamos a ignorar esse exemplo, as dificuldades hoje vividas assim aconselham, tem isso sim faltado a coragem de o fazer. ----------

Quero igualmente recordar, o Dr. Francisco Sá Carneiro e em especial o Dr. Adelino Amaro da Costa, como sendo ainda hoje e para sempre duas referências ideológicas na Área da Direita, dois exemplos de rigor, seriedade e dedicação á causa pública e uma lição para todos os que se proponham governar. ----------

"Infelizmente para os dois e para todos nós, desta vez, a sorte não protegeu os audazes". ----------

Felizmente, ***repito,*** *felizmente os mais jovens já não se lembram do País do 24 de Abril e os menos jovens, às vezes, parece que não lhes apetece recordar e, assim sendo, perguntarão muitos hoje, se vale a pena evocar esta data do 25 de Abril.*

É relevante que o façamos para lembrar a uns, os amnésicos e os outros, os abúlicos, que só através do conhecimento do passado se pode gerar a massa crítica impulsionadora da construção de uma sociedade mais feliz, mais culta e, por isso, mais livre e amante da sua história passada de séculos, assim como da sua história recente. ----------

Para que isso aconteça será no entanto preciso perder complexos e dar a conhecer sempre a Verdade e a História mesmo que complexa e polémica. Os erros e êxitos do passado devem ser conhecidos pelos vindouros. ----------

Não podemos estar sempre conformados com as memórias das conquistas de Abril e com o trabalho feito, urge abrir espaço a novas ideias, a novos projectos, e novos modos de proceder, o País, a Democracia e o Montijo assim o exigem e desesperadamente os mais novos assim reclamam, os anos, e já são 37, não perdoam. ----------

Agora importa o presente e o futuro. ----------

No entanto, não omitirei aqui a importância do CDS: ----------

- Quando teve a coragem e a lucidez de votar sozinho contra uma Constituição Socialista e Marxista; ----------

- Quando foi fundamental para ajudar a constituir a Aliança Democrática formando assim o primeiro Governo sem a esquerda em Portugal; ----------

- Quando foi preciso salvar o país da bancarrota; ----------

- Ou ainda quando se manteve sempre fiel aos seus valores ideológicos e doutrinários, defendendo questões como o direito à vida. ----------

O presente do Mundo, de Portugal e de Montijo não é fácil, e o futuro não se afigura risonho. Chegou o tempo de em conjunto reflectirmos sobre o que queremos e onde queremos chegar. ----------

Será que o temos feito? E nesta casa estamos realmente a contribuir para melhoraria da vida dos nossos concidadãos? Sinceramente, acho que podemos e necessitamos ser diferentes. ----------

Por fim precisamos de líderes, líderes de excelência, que saibam executar e ouvir, que continuem a fazer da nossa terra um sítio de excelência. Precisamos de líderes que, pelo seu exemplo, sejam capazes de motivar e tenham a capacidade de mostrar que com vontade e a participação de todos é possível mudar. ----------

Precisamos de voltar a "Pensar", precisamos de deixar as rotinas, precisamos de voltar a ser iguais a nós próprios, precisamos de dobrar o "Cabo das Tormentas " e em particular devemos com humildade e firmeza valorizar a Democracia Participativa e a riqueza do debate, podemos e devemos começar por esta casa. ----------

Não chega apregoar a democracia é preciso praticá-la no dia á dia e no mais pequeno pormenor. ----------

Precisamos uma Assembleia mais dialogante, produtiva, com elevação e espírito construtivo, mais visível na comunicação social que não sei porquê? Tem andado distraída ou até mesmo ausente. ----------

É necessário tornar o trabalho desta Assembleia Municipal mais visível e útil aos olhos dos munícipes de Montijo. ----------

E se comecei a falar do que dizem ser o sonho de Abril, não posso nem devo deixar de referir que ao acordarmos estamos todos metidos num grande sarilho e o sonho, afinal tornou-se um pesadelo. ----------

Resta-nos agora e já! Parar para pensar, rectificar os erros, promover a seriedade, a verdade, a lisura, a transparência e se for necessária uma nova "PERESTROIKA" palavra que significa "Mudança" vamos na essência da democracia e somente nessa, contribuir para que essa mudança seja proveitosa. ----------

Se não a fizermos correremos o risco de alguém a fazer por nós." ----------

*O **Deputado Municipal – Emanuel Costa (PS)**, no uso da palavra leu uma **Intervenção Política** cujo teor a seguir se transcreve: "Portugal e os portugueses estão a sentir, sem dúvida, uma das maiores e mais difíceis crises económicas a nível mundial nos últimos 80 anos.* ----------

Uma séria crise de confiança que se abateu nos mercados financeiros sobre as dívidas soberanas dos países europeus levou à subida injustificada dos juros. Todos os países europeus tiveram, nos últimos anos, de redefinir as suas estratégias e adoptar medidas exigentes e difíceis de modo a anteciparem a redução dos seus défices como forma de contribuir para a recuperação da confiança dos mercados financeiros. ----------

O Governo da república tomou as medidas necessárias e definiu metas exigentes com vista ao financiamento da nossa economia, à protecção do emprego, à

credibilidade do Estado português e à própria defesa do modelo social em que queremos viver. As medidas avançadas solicitaram um grande esforço aos portugueses. Acreditamos que este era o caminho que protegia o país e defendia o interesse nacional. ----------

Acontece porém, a crise económica sentida no mundo, na Europa e em Portugal, exige também um esforço por parte dos partidos da oposição, e aquilo que verificamos é uma total irresponsabilidade por parte de todos. Repito, uma total irresponsabilidade por parte de todos os partidos da oposição. Vejamos: À esquerda do PS, num momento em que o país mais necessitava de confiança e da responsabilidade de todos, em que a execução orçamental ao momento demonstrava indicadores positivos, o radicalismo do BE levando o PCP e os Verdes a reboque vota uma moção de censura ao governo. Uma moção de censura que demonstra que estes partidos estão agarrados à sua matriz revolucionária e radical. A extrema esquerda portuguesa demonstrou que está agarrada ao protesto, vive do protesto e para o protesto, onde o seu sectarismo permite perceber: querem ser donos da esquerda, combatendo a esquerda moderna, nem que para isso tenham que se coligar à direita, com um único objectivo: derrubar o governo PS. ----------

À direita do PS, num contexto em que Portugal consegue o apoio do Conselho Europeu, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu às linhas gerais das metas e medidas do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2012 e 2013, em que todos os países têm que apresentar no mês de Abril; repito, todos os países da zona euro têm que apresentar anualmente no mês de Abril, o PSD e o CDS (juntos com a extrema esquerda), desencadearam uma crise política, demonstrando um total oportunismo partidário e uma tremenda sede pelo poder. Por tudo isto, o momento é bastante complexo e a situação do país agravou-se.

A rejeição do PEC 4 pela Assembleia da República no passado dia 23 de Março, através de uma coligação negativa dos partidos da oposição, gerou uma situação dramática do ponto de vista financeiro. As taxas de juro dispararam, em todos os prazos; os bancos portugueses e importantes empresas nacionais viram o seu rating baixar para níveis perigosos, nunca antes atingidos. Acentuaram-se muito gravemente as dificuldades de financiamento do país e da economia portuguesa. O Governo demissionário solicitou à Comissão Europeia um pedido de assistência financeira. ----------

Se por um lado, à esquerda do PS, aos revolucionários e radicais é impossível pedir responsabilidade no sentido de negociar um conjunto de medidas e metas para o país ser capaz de ultrapassar este momento difícil; no maior partido da oposição assistimos a uma total ganância pelo poder. Ganância desenfreada, um tacticismo político que só prejudicou o país. ----------

O PSD aquando da votação do PEC 4 na Assembleia da República, justificava o seu voto contra por considerar que o país não poderia suportar mais medidas de austeridade, não sendo possível pedir mais esforços aos portugueses; o PSD após o chumbo PEC 4 na Assembleia da República diz que o país e os portugueses precisam de medidas mais severas do que as constantes no PEC 4! Antes o PSD defende que os portugueses não podem suportar mais aumentos de impostos; depois o PSD diz que uma das suas medidas é o aumento de impostos! Acreditávamos que o país tinha condições para resolver os seus próprios problemas através das medidas e metas constantes no PEC 4. Era um programa que contava com o apoio de várias instituições internacionais. O pedido de ajuda externa era evitável. ----------

No próximo dia 5 de Junho as portuguesas e os portugueses vão voltar a escolher quem querem à frente governo da nação; há quem pense que obteve

uma vitória no jogo político; acreditamos, como sempre, os portugueses saberão escolher quem defende Portugal...". ----------

*O **Deputado Municipal – José Mata Justo (PPD/PSD.CDS.PP)**, no uso da palavra leu uma declaração, intitulada **O PROFESSOR E O SABER QUE A ESCOLA MENOSPREZOU** cujo teor a seguir se transcreve: "A relação pedagógica entre professor e aluno, ocupava, até há pouco, tempo grande espaço escolar, sendo essencial na Grécia antiga, mas tendo quase desaparecido da escola, nos nossos dias. A burocratização da vida docente eliminou o tempo e a disposição para professor e aluno partilharem uma cultura humanista e uma referência a modelos de vida, de carácter e de intervenção social.* ----------

Hoje seria impossível o diálogo entre o neurocientista, António Damásio, e o seu professor de Filosofia, Joel Serrão: ----------

"Era um professor magnífico – ensinava História e Filosofia – e eu de vez em quando conversava com ele. Um dia, falei-lhe do que queria fazer e disse-lhe que estava a tentar decidir se ia escolher a via literária ou científica no liceu. Ele ouviu-me e respondeu: 'O que tu queres ser é neurologista.' 'Ah, disse eu, neurologista. E porquê?'. ----------

A questão é que vieram daí uma quantidade de textos que ele achou que eu devia ler e, em particular, a recomendação de ler um livro do Egas Moniz. Tudo isto aconteceu, lembro-me muito bem, quando eu tinha 16 anos – e, depois de ter pensado bastante no assunto, decidi que ia para Medicina e que ia ser neurologista. Foi uma decisão que nunca se alterou." (Público, online, 18/10/2010). ----------

2. Esse saber era o saber tradicional, exterior ao currículo, tomando este o saber físico-matemático, pós-Descartes. Esse saber tocava a fronteira do sagrado, porque estava ligado à vida. Um saber que ficava fora da ciência

positivista e suas leis cuja capacidade explicativa do real desaparece com novas leis. ----------

Esse saber tradicional era aquele que os povos transmitiam à roda da fogueira, no lar ou no terreiro público. Conta-se em certos países africanos, que tal saber desapareceu quando chegou a lâmpada eléctrica. Com esta, as populações, enfeitiçadas, deixaram de contar as histórias instrutivas às crianças e jovens para se fixarem na contemplação desse objecto mágico que dava luz! ----------

E, metafórica e contrastivamente, essa luz, elétrica, trouxe a ignorância de um saber secular que orientava as ações e as consciências dos homens. Estes perseguiam, até então, outra luzinha que brilhava na relação pedagógica, de adultos e jovens, dentro e, sobretudo, fora de salas de aula. ----------

As famílias hoje não vêem nem procuram mais essa luz. Mas esperam que alguém a indique aos filhos, procurando-a: da catequese ao clube, ao campo de férias ao escutismo e, sobretudo, na escola. ----------

3. Essa busca e esse pedido não são de hoje. Podemos encontrá-los já na carta de Abraham Lincoln ao professor do seu filho, em 1830, divulgada por José Manuel Fernandes no seu Facebook, a 11/09/2010. Podendo não ser desse autor, materializa bem esse outro saber que se espera seja plantado perante os jovens. ----------

E era bom que o professor sentisse possuir tempo, disposição e reconhecimento, institucional e social para o fazer, como no caso de António Damásio. ----------

"Caro professor, ele terá de aprender que nem todos os homens são justos, nem todos são verdadeiros, mas por favor diga-lhe que, por cada vilão há um herói, que por cada egoísta, há também um líder dedicado, ensine-lhe por favor que por cada inimigo haverá também um amigo, ensine-lhe que mais vale uma moeda ganha que uma moeda encontrada, ensine-o a perder mas também a saber gozar da vitória, afaste-o da inveja e dê-lhe a conhecer a alegria profunda

do sorriso silencioso, faça-o maravilhar-se com os livros, mas deixe-o também perder-se com os pássaros do céu, as flores do campo, os montes e os vales. ----- Nas brincadeiras com os amigos, explique-lhe que uma derrota honrosa vale mais que uma vitória vergonhosa, ensine-o a acreditar em si, mesmo se sozinho contra todos. Ensine-o a ser gentil com os gentis e duro com os duros, ensine-o a nunca entrar no comboio simplesmente porque os outros também entraram. ------ Ensine-o a ouvir a todos, mas, na hora da verdade, a decidir sozinho, ensine-o a rir quando está triste e explique-lhe que, por vezes, os homens também choram. Ensine-o a ignorar as multidões que reclamam sangue e a lutar só contra todos, se ele achar que tem razão. Trate-o bem, mas não o mime, pois só o teste do fogo faz o verdadeiro aço, deixe-o ter a coragem de ser impaciente e a paciência de ser corajoso. ---------- Transmita-lhe uma fé sublime no Criador e fé também em si, pois só assim poderá ter fé nos homens. Eu sei que estou a pedir muito, mas veja o que poder fazer, caro professor."----------

*O **Deputado Municipal – Alberto Fernandes (PPD/PSD.CDS.PP)**, no uso da palavra, e em resposta aos Socialistas, disse: "<u>À terceira só cai quem quer...</u> Como os tempos mudam... Há cerca de 30 anos, o Dr. Francisco Sá Carneiro, após menos de um ano de governação, e preparando-se para novas eleições, comunicou a todos que, a partir daquele momento, deixar-se-ia de atribuir responsabilidades pelas condições do país aos seus antecessores. Considerava ele que, a partir daquele momento, seria o seu governo a responder pelo estado do país. Também nos governos liderados pelo Prof. Cavaco Silva, pelo menos durante o período das duas maiorias absolutas, a responsabilidade do estado do país dependia exclusivamente da sua governação. A partir de 1995, vem-se assistindo, governo após governo, a uma crescente desresponsabilização pelas*

suas próprias opções, quer naquilo em que agem incorrectamente quer naquilo em que decidem não agir. ----------

Com este governo atingimos o auge. Passaram 6 anos de governos liderados pelo Eng. José Sócrates, e durante este período, em momentos de crescente dificuldade, o Primeiro-Ministro insiste em atribuir a situação do país a tudo e a todos, menos às suas opções e às do seu próprio Governo. Pois bem, sendo verdade que a crise externa não é culpa do Governo, também é verdade que Portugal tem graves problemas internos, sobejamente conhecidos, relativamente à sua realidade económica (produtividade e competitividade) e, agora mais claramente do que nunca, financeira (contas públicas). A realidade externa (já com muitos sinais positivos, que não sentiremos por causa das nossas próprias dificuldades) apenas revelou o que temos falhado em resolver internamente. De quem é a responsabilidade de controlar e corrigir a situação do país? É do Governo eleito pelo povo, para fazer aquilo que não fez. Intermitentemente, ao longo dos anos, querendo sacudir essa responsabilidade, o Eng. José Sócrates e o Partido Socialista apontam para a oposição. Mas não foi a oposição que nos últimos 4 anos permitiu que a dívida pública subisse dos 68,3% para 97,3% do PIB (o maior valor em 160 anos); não foi a oposição que fez disparar, em apenas um ano, o défice de 3,1% em 2008 para 10% em 2009 (ano das eleições legislativas em que se baixou o IVA e se atribuiu aumentos que logo a seguir foram anulados... só não vê quem não quer!); não foi a oposição que permitiu que a dívida externa atingisse o maior registo percentual dos últimos 120 anos. Estes valores foram decisivos para colocar o país na situação financeira em que se encontra e ao Governo competia controlar e corrigir o caminho que estava a seguir. ----------

No entanto, o que fez o Governo do Eng. José Sócrates? Sempre que se apontavam as fragilidades que eram necessárias corrigir, afirmava que tudo

estava bem, que estava para nascer um primeiro-ministro que fizesse melhor (lembra-se?); quando se tornava impossível esconder as evidências, responsabilizava tudo e todos, menos a si e ao seu Governo, quando se tratava de tomar medidas de cada vez maior austeridade, eram sempre as necessárias e suficientes, para mais tarde ter de aplicar sempre outras, cada vez mais gravosas, justificando-se com a realidade externa em vez da do país. Todos sabemos no que é que isto deu. E sabemos que é o que resulta sempre que qualquer um de nós faz de conta que um problema não existe ou não é seu: o problema não é resolvido. O que é grave é que, neste caso, o que está em causa é o presente e o futuro de um país inteiro. ----------

Onde reside o problema, então? Não, não está na rejeição do PEC 4 (que, realmente, era demais mas não era suficiente: demais em sacrifícios e insuficiente no corte da despesa). De facto, aquela rejeição foi a gota de água para os mercados externos, mas apenas acelerou o inevitável. E isto só não vê quem não quer. Se não fosse a dita rejeição, teria sido a notícia da semana seguinte, quando todos, em Portugal e na Europa, ficámos a saber queque os valores do défice da República Portuguesa, apresentado pelo INE ao Eurostat, revelavam um descalabro muito maior do que o que fora apresentado pelo Governo. ----------

Deu-me a sensação, em inúmeras ocasiões, que o Ministro das Finanças e o Primeiro-Ministro, acreditavam realmente que esconder a real situação do país, acalmaria a pressão internacional (classificando de anti-patriotas quem contrariava as afirmações do governo sobre a realidade financeira do país). De facto, parecia sortir efeito durante um curto intervalo de tempo, mas o problema ressurgia sempre depois, quando a realidade era revelada, e a pressão piorava, acrescida sempre de maior desconfiança, cada vez maior a cada PEC. Não seria o PEC que foi rejeitado a fazer a diferença pois, mais semana, menos semana,

teríamos que pedir ajuda externa (veja-se, estamos já em dificuldades em cumprir os compromissos financeiros dos próximos meses, como admitiu agora o Ministro das Finanças). O Governo, a cada PEC, foi ganhando tempo, e o país foi perdendo-o, pois a situação estava a piorar sem a devida e necessária correcção. ----------

Retomando a pergunta, onde está o problema então? O problema está, obviamente, na gestão do dinheiro público. Havendo um défice nas contas do estado a resposta tem sido o aumento dos impostos. Todos sabemos que a resposta está no corte da despesa. Tem existido uma displicência criminosa quanto às despesas do estado, nestes anos de aperto financeiro. Ao mesmo tempo que se pediam sucessivos sacrifícios aos portugueses, construiu-se um aeroporto em Beja para ser usado de quando em quando; não se pediram contas a 87 % de cerca de 13 740 organismos que recebem dinheiro do estado; não se desenvolveu plenamente o plano existente de compras on-line do estado que permitiria poupar 4,2 mil milhões por ano; fizeram-se concursos para a implementação do TGV quando todos afirmavam que não haviam condições financeiras (e agora arriscamo-nos a ter de pagar uma indemnização às empresas vencedoras do concurso). A cada ano que passa, os sacrifícios são maiores, e este tem sido o maior deles. No entanto, o Orçamento de Estado para 2011, continuou a sobrecarregar a população de impostos e, ao mesmo tempo, conseguiu atribuir cerca de 11,5 milhões em acções publicitárias (valor mais alto dos últimos 6 anos); 11,3 milhões em seminários (aumento de 34% relativamente a 2010); 360 milhões para organismos que o governo prometeu extinguir (e não cumpriu); 45,2 milhões em horas extraordinárias (alguma coisa não está bem...), aumentos em gastos de limpeza e higiene, comunicações, deslocações e estadas, relativamente a anos anteriores (a aumentar porquê?!); entre muitos outros exemplos que podemos encontrar num livro que resultou da

investigação de jornalistas e avalizado pelo Presidente do Tribunal de Contas, que o prefaciou. (se puder, consulte também o site www.ine.pt *e* www.dgo.pt *, contém informação muito interessante).* ----------

Agora, depois destes anos de descontrolo, eis que estamos nas mãos dos fundos internacionais de resgate financeiro. Pois bem, a ajuda não vem sem que as garantias de que as medidas rigorosas a implementar serão executadas. Que medidas? Compete sobretudo ao Governo apresentar alternativas às medidas usuais de cortes nos salários e pensões e aumento de impostos. Cortar nas despesas supérfluas do estado e no número absurdo de empresas e institutos do estado, serão uma boa ajuda para uma negociação que penalize menos os portugueses. É pena que o Governo Português não tivesse tido vontade, nem coragem, nem capacidade para ter feito esses cortes a tempo. Seguramente, hoje, não estaríamos nesta situação. ----------

É neste contexto que vamos a eleições no dia 5 de Junho, a que concorre também o actual Primeiro-Ministro e Secretário Geral do Partido Socialista, Eng. Sócrates. Tendo atingido a eficiência em Marketing que não conseguiu na gestão dos dinheiros públicos, não é com surpresa que assistimos à sua sobrevivência para mais uma eleição, em que se vai colocar no lugar de vítima da forma mais eficaz. Mas vítima é o país e ***à terceira só cai quem quer...***". ----------

A ***Presidente em Exercício****, propôs que a votação à admissão das Recomendações, apresentadas pelo Deputado Municipal - Ricardo Caçoila, do Bloco de Esquerda, transitassem para a próxima Assembleia Municipal, uma vez que o referido deputado já não estava presente na sala.* ----------

Seguidamente, a ***Presidente em Exercício****, deu conhecimento da Ordem de Trabalhos que tinha para apreciação e deliberação dos pontos que abaixo se transcrevem e declarou aberto o período da*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

ORDEM DO DIA

***PONTO UM** - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 473/11 – "Prestação de Contas 2010". ----------*

***PONTO DOIS** - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 474/11 – "Prestação de Contas 2010 – SMAS". ----------*

***PONTO TRÊS** - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 404/11 – "Horário de funcionamento das grandes superfícies comerciais – Decreto-Lei n.º 111/2010, de 15 de Outubro – Revisão do Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços". ----------*

***PONTO QUATRO** – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 436/11 – "Constituição do Conselho Municipal de Educação". ----------*

***PONTO CINCO** - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 453/11 – "Alteração ao artigo 20.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo Municipal de Taxas vigente e ao artigo 14.º, nºs 1 e 2, da Tabela Municipal de Taxas em vigor". ----------*

***PONTO SEIS** - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 466/11 – "Alteração ao artigo 14.º, n.º 2, do Capítulo V, da Tabela Municipal de Taxas em vigor, referente à afixação de publicidade, em sede de unidade de medida ou método de cálculo". ----------*

***PONTO SETE** - Discussão e votação da proposta da mesa "Composição do Conselho Municipal de Segurança – Designação de Cidadãos". ----------*

***PONTO OITO** - Informações da Exma. Senhora Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º. da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.* ----------

*A **Presidente em Exercício**, requereu que ao abrigo do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, fosse **incluída uma proposta da mesa**, tendo-lhe atribuído o número 04/2011.* ----------

PONTO UM - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 473/11 – "Prestação de Contas 2010". **----------**

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

*A **Senhora Presidente da Câmara – Amélia Antunes (PS)**, no uso da palavra, leu uma intervenção, cujo teor a seguir se transcreve: "Os países e os povos vivem hoje profundas mudanças em consequência da crise económica e financeira que se instalou nos países mais desenvolvidos.* ----------

A crise internacional faz sentir os seus efeitos, particularmente nos países com maiores dificuldades estruturais e dependência energética e alimentar. ----------

Os esforços dos países que integram a União Europeia e a Zona Euro não tem sido suficientes, até agora, para estancar a ameaça permanente das agências de rating sobre o sistema financeiro de alguns países, como é o caso da Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. ----------

Nos dias que correm, os bancos cobram ao Estado Português taxas pela compra da dívida entre 5,7% e 9%, e depois vendem essa mesma divida ao BCE pagando uma taxa de juros entre 1% e 1,75%, obtendo lucros especulativos à custa dos contribuintes portugueses, enquanto o Estado português continua a não se poder financiar junto do BCE. Só aquela diferença de juros permite à banca obter, para 45.000 milhões € de compra de dívida, um lucro de 2.500 milhões € extra. - O BCE não pode ser num instrumento ao serviço dos bancos na exploração dos contribuintes europeus. ----------

Hoje em dia, confrontados com as dificuldades externas e internas os governos adoptam medidas com repercussões sobre a despesa que limitam o consumo e o investimento. E a propósito do que acabo de dizer, devemos todos reflectir nas afirmações, há dias, de Paul Krugman, Prémio Nobel da economia, que se referindo a Portugal dizia: "A redução da despesa em períodos de desemprego elevado é um erro. Os defensores da austeridade prevêem que esta produza dividendos rápidos sob a forma de aumento da confiança económica, com poucos ou nenhuns efeitos negativos sobre o crescimento e o emprego; o problema é que não têm razão. Cortar na despesa numa economia em recessão acaba por ser contraproducente nem que seja em termos fiscais: quaisquer poupanças na despesa são anuladas pela redução da receita fiscal resultante da contracção da economia. É por isso que a estratégia correcta é emprego primeiro e défice depois" (Fim de citação). Na verdade, o problema mais grave da economia portuguesa, numa perspectiva de médio e longo prazo, não é o do endividamento público, mas sim do endividamento externo e este tem-se verificado nos últimos anos não porque tenha, no geral, uma despesa pública (em função do PIB) superior à maioria dos países da UE, mas sim porque permitimos a destruição da nossa riqueza produtiva, da sua indústria e da sua

agricultura, que teve como consequências a restrição das fontes de geração de rendimentos. ----------

O que acabo de afirmar é confirmado hoje numa entrevista ao Público do director do FMI. O francês Dominique Strauss-Kahn, considera que "em Portugal "o problema não é tanto de dívida pública, mas de financiamento dos bancos e da dívida privada ou externa". ----------

Em Portugal atingimos, nos últimos anos, um patamar de desenvolvimento e qualidade de vida, traduzido em infra-estruturas e equipamentos e em geral no acesso a bens e serviços. Vivemos melhor que no passado. No entanto, as melhorias alcançadas, revelam-se hoje insustentáveis face ao endividamento externo que Portugal atingiu, verificando-se, por essa e outras razões, uma profunda desigualdade na distribuição dos rendimentos e da riqueza. ----------

A confiança nas políticas públicas passa, necessariamente, pelo crivo da prestação de contas e da transparência na utilização dos recursos públicos, mas deve assegurar, igualmente, a equidade das políticas e da utilização dos recursos colectivos e a responsabilidade dos actos de administração e de governo. ----------

No contexto da evolução complexa das sociedades actuais, a questão da responsabilidade deve ser entendida como uma responsabilidade colectiva, de forma a assumir características mais abrangentes. Por um lado, a cidadania torna-se um princípio de organização da sociedade: mais do que um direito social ou um conjunto de direitos é um instrumento ou uma matriz de organização e de regulação das sociedades através da qual se equacionam as formas de integração. ----------

A Câmara Municipal do Montijo tem desenvolvido a sua acção priorizando os investimentos, a prestação de serviços aos cidadãos, de acordo com uma estratégia de melhoria contínua sem pôr em causa a sua sustentabilidade

financeira. Apesar das campanhas demagógicas de alguns agentes da oposição que nalguns aspectos atingiram e atingem o insulto, a mentira, a calúnia e a irresponsabilidade, temos mantido o nosso rumo de fazer sempre melhor. Mas este sempre melhor não significa gastar acima das nossas disponibilidades financeiras. ----------

É neste quadro de responsabilidade, transparência e rigor que apresentamos agora, em termos gerais, a evolução das contas públicas da Câmara Municipal de Montijo no ano de 2010. ----------

Na verdade, aqui e agora, analisamos a realidade objectiva e não virtual; não a "engenharia financeira" ou "contabilidade criativa" ou "os documentos na gaveta" que se lançam quando dá jeito, ou mesmo, se omitem através da desorçamentação e de graves irregularidades encobertas com a opacidade e os "sacos" de todas as cores. ----------

No quadro de dificuldades ocorridas ao longo de 2010 obtivemos uma taxa de realização da receita de 82% traduzida e 33.536.641,12€ onde as receitas correntes representam 80% do total da receita. ----------

A taxa de realização da despesa foi de 84%, atingindo a despesa corrente 88,81% de realização e a despesa de capital uma taxa de 76%, no total de 34.552.347,76€. ----------

Em 2010 os pagamentos/despesas realizados foram de 34,536.641 Euros. A diferença entre os montantes recebidos e os pagamentos foi suportada pelo saldo que transitou do ano de 2009. ----------

Ao analisarmos a receita e a despesa constatamos que da receita corrente arrecadada em 2010, 2.856.800 Euros financiaram despesas de capital. O investimento realizado ascendeu a 7.328.289,70€ e está consubstanciado na Escola Esteval/Areias; Parque Urbano das piscinas; polidesportivo do Alto das Vinhas Grandes; arruamento do Bairro do Marreco em Sarilhos Grandes,

Reabilitação do interior da Quinta do Páteo d'Água e no edifício Multiusos de Pegões (para sede da Junta de Freguesia de Pegões, pólo de Biblioteca e auditório). ----------

A despesa corrente tem a sua maior expressão nas despesas com pessoal com 61%; 29% em aquisição de bens e serviços e 7% em transferências correntes. O encargo das despesas com pessoal para a Segurança Social é de 19%. Para melhor compreensão refere-se ainda que 54% das despesas é com pessoal permanente dos quadros; 19% contratado a termo e 2% tarefa ou avença. --------

O resultado líquido do exercício é de 2.426.316 Euros. O resultado obtido tem por base o aumento da receita (impostos e taxas) por um lado e, a diminuição das despesas de pessoal, fornecimentos e serviços externos e as transferências concedidas, por outro. ----------

Para além dos números estão as pessoas. Por isso, importa evidenciar o envolvente trabalho com a comunidade escolar e associativa nas comemorações do Centenário da República, através de exposições, conferências, espectáculos musicais e performativos. ----------

Os contratos de delegação de competências para as freguesias. ----------

Nas actividades culturais as festas populares mantiveram o seu brilho, a par da programação diversificada do CTJA e do apoio às actividades desportivas. A Universidade Sénior e o apoio Social foram e são uma constante da nossa acção política. ----------

A educação, a cultura e a solidariedade continuam a ser a prioridade da nossa acção politica sem descurar outras competências básicas municipais como o tratamento do espaço público. ----------

Uma palavra final para os dirigentes, quadros e trabalhadores que, com o seu esforço, contribuíram para os resultados alcançados." ----------

*O **Vereador Renato Gonçalves**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, alusiva à **Prestação de Contas**, cujo teor a seguir se transcreve: "A Câmara Municipal de Montijo desenvolveu a sua actividade em 2010 numa conjuntura externa-nacional e europeia – económica, financeira e social muito difícil e muito complexa, a qual se agravou significativamente no tempo que vamos vivendo no início de 2011. ----------*

Uma conjuntura de crise, nomeadamente financeira, que é uma das mais severas que atinge o país nos seus mais de oito séculos de História, que mina a confiança e as expectativas dos agentes económicos. ----------

Ainda assim, e não obstante as dificuldades, as restrições e as limitações de meios e recursos, não poderá deixar de assinalar-se o resultado líquido positivo no exercício financeiro de 2010, no valor de € 2.426.316,36, contrastando significativamente com o resulta líquido negativo de 2009, no montante de € 2.518.285,85, o que evidencia uma recuperação financeira de valor superior a 4 milhões de euros. ----------

Resultado líquido positivo esse que fica a dever-se não apenas ao acréscimo de proveitos operacionais mas também à redução dos custos operacionais, o que naturalmente reflecte um bom desempenho financeiro consistente na contenção e moderação responsável ao nível da autorização e realização da despesa pública municipal. ----------

No que diz respeito à receita pública municipal, sublinha-se a taxa de execução orçamental de 82%, com um crescimento de receitas de cerca de 11,26% face a 2009, cumprindo salientar as taxas de execução do IMI, de 102%, do IMT, de 119% e dos Impostos Indirectos, de 121%, tendo a execução orçamental das verbas arrecadadas superado as previsões orçamentais iniciais e o valor inscrito nas respectivas dotações do orçamento. ----------

Assinala-se, porém, a redução de receitas arrecadadas em sede de derrama face aos valores obtidos em 2009, com uma diminuição de cerca de € 587.315,24, isto é, menos 41, 38 %, o que demonstra as dificuldades e problemas das empresas na actual conjuntura económica. ----------

No que concerne à despesa, cumpre mencionar, atendendo às dificuldades, constrangimentos e condicionalismos actuais, a taxa de realização da despesa de capital, no valor de 76%, demonstrando os documentos prestacionais de contas de 2010 que a receita corrente financiou a receita de capital em cerca de 2.856.800,00 €, o que não deixa de ser notável e relevante. ----------

Assinalam-se, em matéria de investimentos públicos municipais e no ano financeiro de 2010 a Escola Básica Integrada Areias/Esteval, o Parque Urbano das Piscinas Municipais, o Polidesportivo do Alto das Vinhas Grandes e o Edificio Multiusos de Pegões. ----------

Ainda em matéria de execução de despesa não podemos deixar de referir dois aspectos de maior importância: a redução das despesas de pessoal apesar do aumento das comparticipações com a saúde, face ao acréscimo do número de subscritores da ADSE, registando-se 59 ingressos e 115 saídas; o decréscimo da dívida de curto e médio prazo, em cerca de 7,5 %, face a 2009. ----------

No que concerne às áreas políticas e administrativas atribuídas ao signatário no contexto da gestão pública municipal, correspondentes aos respectivos pelouros, destacamos: no âmbito do Desporto a promoção de actividades, com particular incidência nas modalidades de BTT e Cicloturismo e na Escola Municipal de Natação; os apoios logísticos, materiais e financeiros ao movimento associativo desportivo local, Escolas e outras entidades sem escopo lucrativo e a manutenção, conservação e reparação de equipamentos e infra-estruturas desportivas; na área da juventude, os projectos de cooperação europeia e internacional, designadamente os intercâmbios culturais, os cursos de formação

profissional, as acções de formação, os seminários e o serviço voluntário europeu e internacional, as acções da Escola da Cidadania e o V Concurso de Poesia e Ficção Narrativa Montijo Jovem; no Campo Cultural, as Exposições levadas a efeito, o Serviço Educativo do Museu Municipal e as actividades de extensão cultural e de animação de leitura infantil da Biblioteca Municipal Manuel Geraldes da Silva. ----------

Esta é um tempo muito difícil e muito exigente. Como salienta o juiz jubilado do Tribunal de Contas Carlos Moreno "(...) a dívida externa portuguesa (a das administrações públicas, mais a das empresas estatais e locais, mais a das famílias, empresas privadas e bancos) atinge o patamar de 233% do PIB, o que não deixa de ser calamitoso para um país pobre e com previsão de débil crescimento económico nos próximos anos. O Estado decidiu viver alegremente acima das suas possibilidades nos últimos anos, e boa parte dos agentes económicos privados (famílias, empresas e bancos) não hesitou em seguir o exemplo" (in Como o Estado Gasta o Nosso Dinheiro, Caderno, 2010, pág. 26).

Recusamos e consideramos que tal descrição e qualificação se aplique à Câmara Municipal de Montijo e à respectiva gestão pública autárquica, que é desenvolvida com rigor, com responsabilidade, com precaução, com prudência e com firme e inequívoca defesa do interesse público municipal e do bem comum. Com ponderação, com bom senso, com razoabilidade, com priorização e com racionalidade. ----------

É por isso que o executivo municipal do Partido Socialista não hesitou em 2010 nem hesitará no futuro em tomar e implementar todas as medidas que se mostrem necessárias e adequadas, em nome do interesse público e do bem comum, a defender o Município, a sua consolidação orçamental e a sua sustentabilidade financeira, ajustando, em cada momento e em nome da responsabilidade politica e da ética administrativa republicana da

responsabilidade pública, a despesa a realizar à receita arrecadada. Com realismo e cautela. ----------

Conforme refere também o Juiz Carlos Moreno "todos sem excepção, no Estado, têm de demonstrar publicamente que passaram a gastar apenas o que é essencial à vida colectiva, trate-se de despesas de funcionamento, trate-se de despesas de investimento, trate-se de despesas de transferência". ----------

"O povo está atento e não se basta com meias tintas ou medidas de fachada" (in obra citada, pág 165). ----------

Este não é o tempo da demagogia nem das falsas promessas ou ilusões. ----------

Continuaremos, no quadro das nossas prioridades fundamentais de actuação política e administrativa – Educação, Cultura e Solidariedade Social – a dar o nosso melhor para defender o Montijo e para prosseguir o interesse geral e colectivo." ----------

*O **Deputado Municipal – José Caria (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Intervenção** alusiva à Prestação de Contas 2010, que passo a transcrever: "Senhora Presidente da Assembleia Municipal do Montijo e Senhores Deputados, Discutimos hoje (Abril 2011) e votamos a proposta do Executivo Camarário n.o473/11 - "Prestação de Contas 2010". Debruçámo-nos sobre os Documentos normais de prestação de Contas do ano 2010 sobretudo o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Execução Anual do PPI, os Mapas de Execução Orçamental, o Relatório de Gestão e os Anexos às Demonstrações financeiras. Comecemos pelo BALANÇO (2010) que, como sabemos, é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia reportado ao final do exercício económico e apresenta os activos, os passivos e os fundos próprios do Município; O total do activo passou de 92.138.557,67 euros em 2009, para 97.277.682,76 euros em 2010 apresentando variação*

positiva de 5, 58 %. Os Fundos Próprios aumentaram de 61.724.880,93 euros em 2009, para 65.437.416,95 euros em 2010 - um aumento de 6,01 %. ----------

O passivo situou-se nos 31.841.104,01 euros tendo crescido 4. 69 %. ----------

Vejamos agora aspectos da Demonstração de Resultados (2010) que, como sabemos apresenta os custos e proveitos classificados por natureza e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos utilizados e, consequentemente a perfomance dos seus responsáveis; ----------

Os Proveitos operacionais ascenderam em 2010 a 27.878.319,07 euros tendo contribuído maioritariamente para este montante a receita relativa a impostos e taxas - o aumento dos Proveitos operacionais foi em 2010 da ordem dos 3 milhões de euros. ----------

Os Custos e Perdas operacionais totalizaram 25.464.838,44 euros (remunerações, fornecimentos e serviços externos, amortizações de exercícios, transferências e subsídios concedidos e prestações sociais). ----------

O Resultado líquido do Exercício de 2010 é de 2.426.316,36 euros - que fica a dever-se principalmente à quebra nos Custos (despesas pessoal, fornecimentos e serviços externos, transferências concedidas) e aumento dos proveitos operacionais (impostos e taxas). ----------

Senhora Presidente da Assembleia Municipal do Montijo, Senhoras e Senhores Deputados, o Investimento ascendeu a 7.328.289,70 euros em 2010; a Locação financeira ascendeu a 232.069,87 euros; e Bens do domínio público ascendeu a 443.087,70 euros; Importa realçar que contribuem para a realização do INVESTIMENTO no ano de 2010 de forma mais expressiva: A Escola Integrada do Areias/Esteval, o Parque Urbano das Piscinas, o Polidesportivo do Alto das Vinhas Grandes, o Edifício Multiusos de Pegões, a Recuperação e Reabilitação do interior dos edifícios da Quinta do Páteo de Água, os Arruamentos do Bairro do Marreco em Sarilhos Grandes. Na Despesa de Capital foram realizados 76 %

dos 14.055.447,00 euros orçamentados. ----------

A realização da Despesa atingiu o montante global de 34.552.347,76 euros e uma taxa de realização de 84 % face aos 40.930.351,00 euros orçados; A Despesa cresceu em 2010 cerca de 21 % em relação a 2009: - a Despesa corrente cresceu 4 % (tendo a despesa com pessoal sofrido redução) e a despesa de capital cresceu 93%. A Despesa corrente atingiu o montante de 23.867.219,55 euros com taxa de realização de 88,81 % face aos 26.874.904,00 euros orçados; A Despesa de Capital alcançou um montante de 10.685.128,21 euros e uma taxa de realização de 76 %. Em 2010 a Receita total arrecadada foi de 33.536.641,12 euros - dos quais 26.724.019,95 euros foram Receita Corrente, 6.796.152,38 euros foram Receita de Capital, e 16.468 euros foram Outras Receitas. ----------

Senhora Presidente da Assembleia Municipal do Montijo, Senhoras e Senhores Deputados, Os Documentos Prestacionais de 2010 traduzem, em nosso entender, transparência, rigor, responsabilidade na gestão levada a cabo pelo executivo municipal. ----------

Os Documentos Prestacionais de 2010 evidenciam Investimentos priorizados, melhoria de prestação de serviços aos Munícipes, sem pôr em causa a sustentabilidade financeira do Município; Em 2010 a Dívida de Curto e Médio prazo decresceu cerca de 7,5 % relativamente a 2009. Decresceram - de 2009 para 2010 - os Encargos assumidos e não pagos. A Dívida no final do período passou de 14.533.166,84 euros em 2009 para 14.361.506,31 euros em 2010 (-1,18 %). O Município amortizou, em 2010, 2.453.382,56 euros (Amortizações). O Município detém um Património no final de 2010 de 64.663.290,72 euros. ---

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em contexto de grandes dificuldades que é de todos conhecido (Crise financeira, económica, social e política no País) os Documentos Prestacionais de 2010, a execução orçamental

da Receita e da Despesa e os Resultados obtidos reflectem bem o positivo esforço de gestão desenvolvido ao longo do ano de 2010. ----------
Daí a nossa Aprovação da Prestação de Contas 2010". ----------

*A **Presidente da Assembleia Municipal em Exercício**, de seguida submeteu à votação a proposta, conforme se discrimina: Proposta nº 473/11 do Executivo Camarário "**Prestação de Contas 2010**", tendo a Assembleia deliberado o seguinte:*

- ***Aprová-la, por maioria, com quinze votos a favor do PS, quatro votos contra da CDU e seis abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.***

*O **Deputado Municipal – Fernando Coelho (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, que passo a transcrever: "No momento da prestação de contas faz-se um balanço e uma análise sobre o significado dos números apresentados e quais os seus efeitos na actividade económica local.* ----------
Assim, podemos dizer que o nosso Município tem consumido os recursos financeiros, colocados à sua disposição, de acordo com os critérios bem definidos e rigorosos: as políticas municipais na área da Educação, da Cultura, da Acção social, do Abastecimento de Água, do Ambiente, do Planeamento dos Equipamentos e apoios ao Movimento Associativo do Concelho, asseguram a plena participação dos Munícipes na promoção da competitividade, do crescimento sustentado e do emprego, estimulando o aprofundamento das relações institucionais e das complementaridades e sinergias de base territorial e potenciam a plena e eficiente utilização dos recursos endógenos disponíveis na correcção das desigualdades e no aumento da competitividade e coesão regional. ----------

A avaliação das políticas prosseguidas é feita pelos resultados alcançados, segundo critérios de verdade, rigor, competência, responsabilidade e contas em dia. ----------

Vários aspectos devem ser retidos nesta prestação de contas: ----------

Quanto à situação financeira do Município, analisando o balanço, do lado do ***activo****, relativamente ao exercício anterior (2009), que:* ***1)*** *O investimento em imobilizado camarário aumentou em € 6.579.000,00, a que corresponde um aumento de 7,5 % e está consubstanciado na Escola Esteval/Areias, no Parque Urbano das Piscinas, no Polidesportivo do Alto das Vinhas Grandes, no arruamento do Bairro do marreco em Sarilhos Grandes, na reabilitação do interior da Quinta do Páteo d'Água e no Edifício Multiusos de Pegões, o qual servirá como sede da Junta de Freguesia de Pegões, pólo de biblioteca e auditório;* ***2)*** *As dívidas de curto prazo para com a Autarquia diminuíram cerca de 30,9%, significando que a Autarquia promoveu uma política de tesouraria eficaz;* ***3)*** *As existências em armazém baixaram 37,40 %, evitando investimentos desnecessários em stocks, para além da margem de segurança, através da utilização de uma política de gestão de stocks mais adequada, do ponto de vista financeiro;* ***4)*** *Os meios financeiros, em depósitos bancários, cifravam-se em 31/12/2010, em € 1.160.120,63; Do lado do* ***passivo****, verificamos que, relativamente ao ano anterior (2009):* ***5)*** *Os empréstimos de médio/longo prazo cresceram 6,36%;* ***6)*** *As dívidas a terceiros de médio e longo prazo diminuíram 50%;* ***7)*** *As dívidas a terceiros de curto prazo baixaram 15%; Quanto aos fundos próprios, verificamos um aumento de € 1.427.427,67 relativamente ao exercício anterior, tendo o passivo um peso de apenas 32% no total activo do Município. -*

Quanto à situação económica do Município, da análise da Demonstração de Resultados, verificamos relativamente ao exercício de 2009: ***Quanto aos proveitos****,* ***1)*** *Os proveitos totais apresentam um aumento de 11,28%, a que*

corresponde, em termos brutos, um acréscimo de € 2.877.242,70; ***Quanto aos custos,*** ***1)*** *Os fornecimentos e serviços de terceiros sofreram um decréscimo de 15,12%, a que corresponde, em termos brutos, a € 1.067.965,67;* ***2)*** *Os custos com o pessoal baixaram 1,65%;* ***3)*** *Os custos financeiros baixaram 33,69%;* ***4)*** *Os custos extraordinários baixaram 76,09%;* ***5)*** *As amortizações do exercício atingiram o valor de €2.693.377,26;* ***6)*** *As provisões do exercício cifraram-se em € 317.108,12;* ***7)*** *Os outros custos operacionais baixaram 78,72%; Os custos totais apresentam, em relação ao ano anterior, um abaixamento de 7,37%. O resultado líquido do exercício foi positivo atingindo o valor de € 2.426.316,36. Verificamos, ainda, que os meios financeiros libertos pela Autarquia (cash-flow operacional) são positivos e cifram-se em € 5.119.693,62, o que significa, em termos de rentabilidade e liquidez, uma actividade interessante e com futuro do ponto de vista económico e financeiro.* ----------

A autonomia financeira da Autarquia atingiu, em 2010, um valor de 68% o qual patenteia uma situação financeira robusta e equilibrada, não se vislumbrando alterações potenciais que possam influenciar negativamente tal situação. --------

Assim, poder-se-á concluir que a Autarquia terá capacidade para liquidar os compromissos assumidos e que conseguirá a manutenção duma actividade rentável, e, simultaneamente, equilibrada financeiramente, dando um sinal à sociedade civil de que o futuro deve ser encarado com esperança. ----------

Por tudo o atrás referido, o Grupo Parlamentar do partido Socialista vota favoravelmente a prestação de Contas da Câmara Municipal". ----------

O ***Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU),*** *no uso da palavra, leu uma* ***Declaração de Voto,*** *que passo a transcrever: "Este relatório e contas reflecte as opções do orçamento e* ***PPI*** *para 2010, que não mereceu o nosso voto favorável porque temos outras opções políticas de desenvolvimento para o nosso*

concelho. A errada opção autárquica do PS de não querer aprovar a favor das autarquias uma justa lei das finanças locais, faz com que as populações tenham que ser ainda mais castigadas com aumentos de taxas, com participações, impostos e aumentos de rendas. A prova do que afirmamos é que cerca de 50 das receitas da autarquia são provenientes de taxas cobradas aos munícipes. Os protocolos de descentralização para as freguesias do concelho têm a mais baixa percentagem de orçamento camarário disponibilizado para o efeito, na Península de Setúbal o que demonstra com clareza a politica de descentralização autárquica do PS. Façamos votos e da nossa parte tudo faremos para que em igualdade de tratamento com as outras Juntas de Freguesia, rapidamente seja restabelecido o protocolo de descentralização com a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, pondo fim à discriminação de que é vítima. Os grandes projectos estruturantes para o desenvolvimento do concelho não foram realizados apesar das condições que herdaram, beneficiando de um conjunto de projectos aprovados e em andamento e de uma situação económica de grande encaixe financeiro derivada da construção da Ponte Vasco da Gama. Pelas razões expostas os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal do Montijo votam contra o Relatório e Contas de 2010 da Câmara Municipal de Montijo". -

Seguidamente, não se registando mais intervenções, foi a presente acta aprovada em minuta nos termos e para os efeitos previstos no número 3 e 4, do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo, informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, dia ***19 de Abril de 2011****, pelas 21 horas. ------*

E não havendo mais nada a tratar foi pela Senhora Presidente em Exercício, encerrada a presente Sessão Ordinária, era uma hora e quinze minutos do dia dezanove de abril de 2011. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

E eu, Joaquina Maria Cardoso Barbosa *, Assistente Técnica, da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e de Administração Geral, fiz lavrar a presente acta que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa.*----------

---------- *A Presidente em Exercício* ----------

Sandra Isabel Cavaleiro Esteves.

---------- *O 1º Secretário* ----------

Pedro Rafael Pereira Reis Carmona.

---------- *O 2º Secretário* ----------